

# **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

## Índice

<b>1 – DFC – Contextualização.....</b>	<b>3</b>
<b>2 – Apresentação da DFC.....</b>	<b>3</b>
<b>3 – Método Direto e Indireto.....</b>	<b>5</b>
<b>4 – Caso prático – empresa Ômega.....</b>	<b>6</b>
<b>5 – Divulgação.....</b>	<b>9</b>
<b>6 – Considerações finais.....</b>	<b>10</b>
<b>7 – Referências bibliográficas.....</b>	<b>11</b>

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

## 1 – DFC - Contextualização

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC é um relatório contábil que contém informações da posição financeira da empresa em determinado momento, por meio da exibição detalhada de toda a movimentação de caixa e equivalentes de caixa em um determinado período.

No Brasil, os normativos que regulam a elaboração e divulgação da DFC são a lei 11.638/07 que alterou a lei 6.404/76, NBC TG 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Deliberação CVM 547/2008 e o Pronunciamento Contábil 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – base para esta apostila.

### E o que seria caixa e equivalentes de caixa?

*Caixa:* compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

*Equivalentes de caixa:* são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Importante considerar que, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### Por que a DFC é importante?

A DFC possibilita ao usuário da informação contábil, avaliar a capacidade que a entidade gera caixa e equivalentes de caixa. Além disso, esse relatório proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

## 2 – Apresentação da DFC

Na DFC devem ser apresentados os fluxos de caixa do período, os quais deverão estar classificados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, da forma que seja mais apropriada aos negócios da entidade. Vamos entender essas classificações?

- **Atividades operacionais**

Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da empresa. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

- (a) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- (b) recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados;
- (e) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (f) pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; e
- (g) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.

A norma contábil não restringe apenas aos exemplos acima. Pagamentos em caixa para a produção ou a aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros que, em sequência, são vendidos, bem como recebimentos de aluguéis e das vendas subsequentes de tais ativos são também fluxos de caixa das atividades operacionais.

- **Atividades de investimento**

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento demonstram os dispêndios de recursos realizados pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento. Alguns exemplos:

- (a) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- (b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- (c) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira);
- (d) recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos de instituição financeira).

- **Atividades de financiamento**

Os fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento relacionam-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade. Alguns exemplos:

(a) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;

(b) amortização de empréstimos e financiamentos.

### **3 – Método direto e indireto**

A DFC pode ser elaborada pelo método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas ou pelo método indireto, em que o resultado - lucro líquido ou o prejuízo do período - é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa. Que tal entender as diferenças entre esse dois métodos?

- **Método direto**

Ao elaborar a DFC pelo método direto, a entidade utiliza as informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos dos registros contábeis das atividades operacionais, e das demais informações dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

No método direto, a entidade classifica os recebimentos e pagamentos por meio das informações da tesouraria, que acompanha as entradas e saídas de caixa, ou seja, é preciso utilizar toda a movimentação (pagamentos e recebimentos) do caixa no período.

- **Método indireto**

O método indireto é o método mais utilizado no Brasil. Para elaborar a DFC neste método, a entidade utiliza o lucro líquido ou prejuízo e ajusta quanto aos efeitos dos componentes que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável.

Depois de ajustar o lucro, com as informações contidas no Balanço e na DRE, a empresa utiliza as variações de todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

#### 4 – Caso prático – empresa Ômega

Durante o ano de X0, os seguintes fatos ocorreram na empresa Ômega:

- Integralização de capital no valor de R\$ 100.000,00 em dinheiro
- Aquisição de um empréstimo no valor de R\$ 40.000,00. Os juros do período correspondem a R\$ 5.000,00. O principal e os juros serão pagos em x1
- Compra de produtos para venda (estoques) no valor de R\$ 20.000,00, sendo que 60% desse valor foi pago à vista
- Compra de equipamentos à vista por R\$ 30.000,00. A depreciação do período foi de R\$ 6.000,00
- A empresa vendeu 80% do seu estoque pelo valor de R\$ 60.000,00, sendo que, 60% foi recebido à vista e o restante será recebido a curto prazo
- Recebimento antecipado de clientes no valor de R\$ 60.000,00 para entrega futura de produtos
- Despesas de salários de R\$ 15.000,00 do período, a serem pagos em X1
- O Imposto de Renda de R\$ 5.000,00 será pago em X1
- Distribuição de 25% do seu lucro líquido sob a forma de dividendos

Vamos elaborar a DFC no método direto e no método indireto? Mas antes, precisamos elaborar o Balanço Patrimonial e a DRE.

#### ❖ Elaborando o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício

Balanço Patrimonial

Ativo		Passivo	
<i>Ativo Circulante</i>	222.000	<i>Passivo Circulante</i>	91.250
Caixa	194.000	Fornecedores	8.000
Contas a Receber	24.000	IR a pagar	5.000
Estoque	4.000	Dividendos a Pagar	3.250
		Receita Antecipada	60.000
		Salários a pagar	15.000
<i>Ativo Não Circulante</i>	24.000	<i>Passivo Não Circulante</i>	45.000
Imobilizado	30.000	Empréstimos	40.000
(-) Depreciação Acumulada	-6.000	Juros a Pagar	5.000
		PL	109.750
		Capital	100.000
		Reservas	9.750
<b>Total</b>	<b>246.000</b>	<b>Total</b>	<b>246.000</b>

DRE

Receita	60.000
(-) CMV	-16.000
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>44.000</b>
(-) Despesas Operacionais	
Salários	-15.000
<b>Depreciação</b>	<b>-6.000</b>
<b>(=) EBIT</b>	<b>23.000</b>
(-) Juros	-5.000
<b>(=) LAIR</b>	<b>18.000</b>
(-) IR	-5.000
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>13.000</b>

Observe que estão destacados em amarelos, itens que não afetam o caixa e irão ajustar o lucro do período na DFC do método indireto.

Para facilitar o saldo das contas do Balanço Patrimonial, vamos detalhar algumas composições abaixo:

#### **Caixa**

Integralização do capital	100.000,00	
Empréstimo tomado	40.000,00	
Receita de vendas à vista	36.000,00	(60.000,00*60%)
Recebimento antecipado	60.000,00	
Compra de estoque	- 12.000,00	(20.000,00*60%)
Compra de equipamentos	- 30.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>194.000,00</b>	

#### **Contas a receber**

Receita de vendas à vista	24.000,00	(60.000,00-36.000,00)
---------------------------	-----------	-----------------------

#### **Estoque**

Compra	20.000,00	
Venda	16.000,00	(20.000,00 *80%)
<b>Saldo</b>	<b>4.000,00</b>	

#### **Fornecedores**

Compra de estoque	20.000,00	
Pagamento à vista	12.000,00	(20.000,00 *60%)
<b>Saldo</b>	<b>8.000,00</b>	

#### **Reserva de lucros**

Lucro do período	13.000,00	
Dividendos a pagar	3.250,00	(13.000,00 *25%)
<b>Saldo</b>	<b>9.750,00</b>	

#### ❖ **Elaborando a DFC – método direto**

Iniciando com os pagamentos e os recebimentos ocorridos no período e depois incluímos as movimentações dos fluxos de caixa de investimento, posteriormente de financiamento.

<b>FCO</b>	<b>84.000</b>
Compra de estoque	- 12.000
Recebimento de clientes	36.000
Recebimento de adiantamento	60.000
<b>FCI</b>	<b>- 30.000</b>
Compra de imobilizado	- 30.000
<b>FCF</b>	<b>140.000</b>
Aumento de Capital	100.000
Aquisição de Empréstimo	40.000
<b>Variação Caixa</b>	<b>194.000</b>
Saldo Inicial	-
Saldo Final	194.000

#### ❖ Elaborando a DFC – método indireto

Iniciando com o resultado do período, ajustado com os elementos que não afetam o caixa, que no nosso exemplo são a depreciação e os juros de empréstimos tomados (destacados em amarelo no Balanço Patrimonial). Posteriormente, incluímos as movimentações dos fluxos de caixa de investimento e de financiamento.

Lucro Líquido	13.000
Depreciação	6.000
Juros	5.000
Lucro ajustado	24.000
<b>FCO</b>	<b>84.000</b>
Variação estoque	- 4.000
Variação contas a receber	- 24.000
Variação Fornecedores	8.000
Variação IR a Pagar	5.000
Variação Receita Antecipada	60.000
Variação Salários a Pagar	15.000
<b>FCI</b>	<b>- 30.000</b>
Compra de imobilizado	- 30.000
<b>FCF</b>	<b>140.000</b>
Aumento de Capital	100.000
Aquisição de Empréstimo	40.000
<b>Variação Caixa</b>	<b>194.000</b>
Saldo Inicial	-
Saldo Final	194.000

## 5 – Divulgação

O Pronunciamento contábil 03 apresenta vários aspectos relacionados com a divulgação. Especialmente no caso de Aquisições e Vendas de Controladas, Coligadas e Outras Unidades de

Negócios, os fluxos de caixa totais decorrentes de aquisições e de vendas de controladas, coligadas ou outras unidades de negócios devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento.

Adicionalmente, o valor total de caixa pago ou recebido como preço de compra ou de venda é apresentado na demonstração de fluxos de caixa, líquido do saldo de caixa ou equivalentes de caixa da controlada ou outra unidade de negócio adquirida ou vendida.

Ainda em relação às aquisições e vendas de Controladas, Coligadas e Outras Unidades de Negócios, a entidade deve divulgar, com respeito tanto a aquisições como a vendas de controladas, coligadas ou outras unidades de negócios durante o período, cada um dos seguintes itens:

- o preço total de compra ou de venda;
- a porção do preço de compra ou de venda paga ou recebida em caixa e em equivalentes de caixa;
- a importância de caixa e equivalentes de caixa da controlada ou unidade adquirida ou vendida; e
- o valor dos ativos e passivos (exceto caixa e equivalentes de caixa) na controlada, coligada ou unidade de negócios adquirida ou vendida, resumido por categorias principais

A norma contábil também elenca outros pontos de divulgação geral, tais como:

- política que adota na determinação da composição do caixa e equivalentes de caixa;
- componentes de caixa e equivalentes de caixa
- conciliação dos montantes em sua demonstração dos fluxos de caixa com os
- respectivos itens apresentados no balanço patrimonial
- linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, para futuras necessidades
- saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso pelo grupo, acompanhados de comentário da administração
- informações adicionais relevantes

Cabe ressaltar que é bem vista, à luz da norma, divulgação separada dos fluxos de caixa que representam aumentos na capacidade operacional e dos fluxos de caixa que são necessários para manter a capacidade operacional, por permitir ao usuário da informação contábil, determinar se a entidade está investindo adequadamente na manutenção de sua capacidade operacional.

Um outro ponto de destaque é que a norma também aprecia a divulgação dos fluxos de caixa por segmento de negócios, por permitir aos usuários obter melhor entendimento da relação entre os fluxos de caixa do negócio como um todo e os de suas partes componentes, e a disponibilidade e variabilidade dos fluxos de caixa por segmento de negócios.

## **6 – Considerações finais**

A DFC é um relatório que compõe o conjunto das demonstrações obrigatórias de divulgação pela lei 11.638/07. Seu maior benefício é proporcionar ao usuário da informação, uma análise de como a entidade gera caixa.

No método direto, a DFC é elaborada por meio da movimentação do caixa, ou seja, recebimento de clientes, pagamento de aluguéis, etc – atividades operacionais cujas informações são obtidas com a Tesouraria. Posteriormente, são utilizadas as informações decorrentes das atividades de investimento e financiamento.

O método indireto é o mais utilizado no Brasil e é elaborado por meio do resultado do resultado ajustado do período, por componentes que não afetam o caixa e pelas variações de saldo das contas contábeis das atividades de investimento e financiamento.

Importante considerar que a norma contábil requer uma divulgação detalhada dos componentes de caixa e equivalentes de caixa, sendo que a entidade deve apresentar uma conciliação dos montantes em sua demonstração dos fluxos de caixa com os respectivos itens apresentados no balanço patrimonial. Geralmente, essa conciliação consta nas notas explicativas.

## **7 – Referências bibliográficas**

CARVALHO, L. Nelson; LEME, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

Deliberação CVM 547/2008

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 11.638/07

Málaga, Flávio. Análise dos demonstrativos financeiros e da performance empresarial; p. 85-105. São Paulo: Saint Paul, 2012.

NBC TG 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

Pronunciamento Contábil Técnico 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008